

Cidade, patrimônio e ativismos urbanos: o casarão da Vila Guilherme entre a memória e o direito à cidade

City, heritage and urban activism: the big house of Vila Guilherme between memory and the right to the city

Anderson VANNUCCI¹

Resumo: Este artigo trata da dinâmica social das relações entre o patrimônio histórico e cultural e o direito à cidade nas últimas décadas. Tem como base minha dissertação de mestrado defendida em 2020 junto ao departamento de história da PUC-SP que estudou a transformação de um antigo grupo escolar paulistano, o Casarão da Vila Guilherme, construído em 1924, na Casa de Cultura da Vila Guilherme em 2016. A análise teve como foco o processo no interior do qual, o imóvel, após ser utilizado por vários anos como sede da subprefeitura, ficou abandonado por cerca de 10 anos, até que, a partir de 2012, diversos movimentos e coletivos da região se organizaram para reivindicar junto à prefeitura a criação, em suas dependências, de uma Casa de Cultura, o que só aconteceu após dois anos de ocupação cultural realizada por aqueles movimentos.

Palavras-chave: Casarão da Vila Guilherme; Direito à Cidade e coletivos Urbanos; Usos do patrimônio cultural.

Abstract: This article deals with the social dynamics of the relations between historical and cultural heritage and the right to the city in the last decades. It is based on my master's dissertation defended in 2020 at the history department of PUC-SP, which studied the transformation of an old school group from São Paulo, the Casarão da Vila Guilherme, built in 1924, into the Casa de Cultura da Vila Guilherme in 2016. The analysis focused on the process within which the property, after being used for several years as the headquarters of the subprefecture, was abandoned for about 10 years, until, as of 2012, several movements and collectives of the region organized themselves to claim with the city hall the creation, on its premises, of a House of Culture, which only happened after two years of cultural occupation carried out by those movements.

Keywords: Casarão da Vila Guilherme; Right to the city and urban collectives; uses of cultural heritage

Introdução

¹ Graduado em história pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em história pela Pontifícia universidade católica (PUC-SP) e doutorando em história pela Universidade federal do Goiás (UFG)

Deve levar-se em consideração a ideia de que as questões relativas ao patrimônio histórico e às lutas envolvendo o direito à cidade, são duas formas diferentes de apropriação do espaço urbano, tanto do ponto de vista simbólico quanto do ponto de vista concreto, mas, que ainda assim, devem dialogar e convergir para um mesmo objetivo.

Também as discussões em torno do patrimônio histórico e cultural têm se ampliado muito no sentido de incorporar as diversas faces da sociedade, representadas através de suas lutas e de suas diferentes identidades sociais. Dentro desse contexto, tenta-se entender de que forma os diversos ativismos urbanos se apropriaram do espaço da cidade e interviram no processo de patrimonialização, e de que forma através deles o patrimônio foi ressignificado e reinserido na dinâmica da sociedade.

A forma através da qual o tema foi abordado pode ser dividida em duas dimensões:

A primeira, o início do processo na gestão Erundina, procurou entender o contexto do projeto Cidadania Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, chefiado por Marilena Chauí, articulando-se ao cenário mais amplo dos debates ocorridos dentro do Congresso sobre Patrimônio Histórico e Cidadania promovido por aquela gestão e ocorrido entre 11 e 16 de agosto de 1991.

Uma segunda dimensão refere-se ao processo de disputa promovido por diversos coletivos culturais da Zona Norte em prol não apenas do tombamento do prédio, mas, principalmente, de sua utilização social, realizada através da transformação do bem histórico em um equipamento cultural público, gerido pela prefeitura e com atividades promovidas pelos grupos organizados da comunidade.

No que diz respeito às fontes, foi pesquisado o arquivo CEDESP (centro de documentação e estudos da cidade de São Paulo), que possui toda a documentação oficial referente à administração municipal Luiza Erundina em São Paulo (1989-1992), em especial com o material relativo à Secretaria de Cultura, que durante essa gestão foi comandada pela filósofa Marilena Chauí, e dentro do qual estava a documentação do DPH (departamento do patrimônio histórico), além da documentação referente às administrações regionais. Também foi consultado o arquivo do DPH para acessar o processo de tombamento do Casarão.

Por tratar-se de um período muito recente foram necessárias consultas a arquivos digitais encontrados na internet e em diversas redes sociais, além de

páginas de jornais locais, às vezes existentes apenas no formato digital. Também páginas oficiais com material relativo à legislação em todas as esferas do poder público e a atas de reunião de conselhos ligados à prefeitura. Por fim, foi utilizada a História Oral, mediante depoimentos, onde foram obtidos diferentes pontos de vista sobre todo o processo de ocupação e criação da casa de cultura.

O processo de tombamento e a gestão Luiza Erundina (1989-1992)

O edifício situado na Praça Oscar da Silva 110, na região central do bairro da Vila Guilherme, na Zona Norte de São Paulo, foi construído em 1924 para abrigar o grupo escolar da Vila Guilherme, criado no ano seguinte.

Em 1947, o grupo escolar passou a se chamar Afrânio Peixoto e, em 1956, foi desapropriado pela prefeitura, sendo que até então pertenceu ao Governo do Estado e funcionou como escola até 1970. Em 1977, o prédio recebeu os escritórios da Administração Regional da Vila Maria/Vila Guilherme, como se chamavam na época as atuais Subprefeituras, que funcionaram ali até 2005. Desde então, quando a subprefeitura mudou de endereço, o prédio ficou sem uso oficial e, em 2011, chegou a ser interditado pelo Contru (Departamento de Controle e Uso de Imóveis) do município de São Paulo devido à situação de abandono.

O processo de tombamento do edifício junto aos órgãos de patrimônio foi iniciado em 1991 e concluído pelo Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município de São Paulo) em 2013, ou seja, tramitou por 22 anos e atravessou o governo de sete prefeitos. Finalmente, em 28 de maio de 2013, o prédio é oficialmente tombado.

O início do processo de tombamento do Casarão da Vila Guilherme ocorre em um momento de grande transformação das políticas patrimoniais no município de São Paulo, e se articula às diretrizes e ações da prefeitura na área da cultura com a proposta da cidadania cultural, processo por meio do qual a Secretaria Municipal de Cultura buscou trabalhar o direito à memória em conjunto com outras secretarias e órgãos da gestão Luiza Erundina.

O projeto de implantação das Casas de Cultura era um dos projetos propostos pela Secretaria Municipal de Cultura que colocavam em destaque as propostas de cidadania cultural e de direito à memória. A ideia de transformar o Casarão em Casa de Cultura articulava as duas propostas.

O principal desafio assumido por Marilena Chauí durante sua gestão à frente da Secretaria de Cultura foi a proposição de uma política cultural que não se confundisse com um programa de atividades e serviços. Naquele momento, a partir da crítica ao que caracterizava como modelos anteriores de política cultural adotados na cidade, Chauí estabeleceu uma tripla recusa que ajudaria a pensar o que seria a política da cidadania cultural: a recusa do controle estatal sobre a cultura e suas formas autoritárias; a recusa da divisão entre alta cultura e cultura popular, e do caráter messiânico desta última; e, por fim, a recusa a se curvar às exigências do mercado e, acima de tudo, à privatização da cultura. Essas seriam algumas das bases do novo modelo de cultura iniciado sob a nova gestão à frente da secretaria.

Seria no interior dessas premissas e diretrizes que o trabalho municipal sobre patrimônio iria se estruturar. O DPH nesse período também se baseou em algumas premissas na constituição de um novo sentido para o patrimônio histórico e cultural.² A perspectiva adotada no DPH e no Conpresp durante a administração Erundina foi considerar o papel social da patrimonialização e o campo de disputas entre as classes, e os diversos grupos sociais foram o objeto preferencial da política patrimonial daquela gestão. Na definição da diretora do DPH na gestão Erundina, a professora Dea Fenelon:

Bens culturais não são apenas aqueles tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário, são os frutos de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas (...) todos aqueles que brotam de escolhas e ações coletivas. (FENELON, apud ORIÁ, 2010. p.134)

O conceito de Direito à Memória trabalhava com a ideia de se valorizar a diferença e a multiplicidade dos bens culturais existentes, deixando de privilegiar apenas as grandes obras construídas pelos grandes homens da história paulista. As premissas articulavam-se às da cidadania cultural, na qual se baseava, buscando valorizar os bens das classes populares e os valores dos vários grupos pertencentes à sociedade.

Assim, a política de patrimônio do DPH e Conpresp durante a administração de Marilena Chauí à frente da Secretaria Municipal de Cultural da gestão Luiza

² Dentro desse debate também é importante ressaltar o Congresso de Patrimônio Histórico e Cidadania que foi promovido por aquela gestão e ocorrido entre 11 e 16 de agosto de 1991, cujo texto final, transformado em livro, traduz de forma concisa os parâmetros da política cultural daquela administração.

Erundina revela que a possibilidade de tombamento do Casarão estava inserida em um planejamento mais amplo, que visava dar um uso social para aquele espaço tornando-o acessível para toda a população, mas não de forma museológica. Nesta concepção, o instituto do tombamento não era “gratuito” e se inseria dentro do contexto do projeto da cidadania cultural. A proposta era a de que o processo de tombamento e de criação da Casa de Cultura, além de envolver os vários órgãos da administração pública (administração regional, DPH e setor de Casas de Cultura), dialogasse com as demandas resultantes da mobilização popular no bairro.

Fazia todo sentido que as Casas de Cultura fossem sediadas em prédios já com alguma referência importante para a história da comunidade, que seria o caso do Casarão da Vila Guilherme. Então, nas Casas de Cultura implantadas na cidade, a Secretaria criou vários programas, entre eles o Projeto Memória, iniciado por volta de 1991, que, articulando o DPH com os movimentos sociais, visava promover o resgate da memória coletiva local de cada região através das histórias dos seus moradores e de suas experiências de vida e de trabalho. Era dada uma atenção maior para a construção da memória dos trabalhadores e pessoas dos setores populares, buscando valorizar, para essas pessoas, suas memórias e sua cultura como algo a ser guardado.

No entanto, segundo a Secretaria Municipal de Cultura, houve problemas na execução do planejado em relação à criação das Casas de Cultura. O projeto inicial foi reduzido para apenas 7 unidades, sendo que na Zona Norte apenas a unidade de Pirituba continuava nos planos, tendo sido abandonados os projetos da Freguesia do Ó, Santana e Vila Maria.

Entre os problemas levantados estava a falta de condições materiais e verba para a instalação das Casas de Cultura. A Cultura, que tradicionalmente possuía um orçamento abaixo dos 2%, tinha o difícil trabalho de batalhar por mais verbas, e para isso precisou reavaliar as suas prioridades dentro da pasta em vários momentos.

Durante as gestões de Maluf e Pitta, entre os anos 1993 a 2000, o processo de tombamento do Casarão ficou estagnado.

Da ocupação cultural à casa de cultura (2012 – 2016)

A partir dos anos 2000 novos atores entram em cena na mobilização em prol da casa de cultura da Vila Guilherme, os coletivos culturais; movimentos independentes e sem hierarquia, formados por um grupo de pessoas com interesses

comuns que desenvolvem uma cultura com um forte ingrediente radical. Outra característica marcante dos coletivos é o seu caráter flexível e horizontal. Eles buscam prover a comunidade com espaços que ofereçam e divulguem atividades culturais, educacionais e esportivas, além de incluírem movimentos artísticos locais.

Dentre os coletivos diretamente envolvidos com o Casarão, ganham destaque o Agito Cultural da Zona Norte, que se propunha com uma articulação entre os diversos atores e grupos artísticos e lugares de práticas culturais na região, e o CICAS (Centro Independente de Cultura Alternativa Social) que estava ligado ao Fórum de Cultura da Zona Leste.

A partir do início da gestão Haddad, em 2013, e ainda antes do tombamento do Casarão, decretado em maio daquele ano, os movimentos e coletivos passaram a se reunir com a prefeitura para cobrar a criação da Casa de Cultura no edifício do antigo grupo escolar.

No decorrer dessas mobilizações, porém, identifica-se outra proposta para a utilização do espaço, que dizia respeito à cessão do imóvel e transferência da gestão de suas atividades para uma Organização Social (OS). Ela tinha origem a partir da atuação do grupo Abaçai Cultura e Arte, qualificado como OS pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo em 2007, e é responsável pelo Festival Revelando São Paulo e pelo mapa cultural paulista.³

Devemos considerar que o Abaçai Cultura e Arte não gozava de uma boa reputação entre os coletivos da região, pois estes consideravam seu trabalho como uma forma de “privatização” e “terceirização” da política cultural do governo.

Por fim o grupo Abaçai realizava sondagens e tratativas diretamente com a prefeitura a fim de conseguir administrar o edifício mesmo após o início da articulação dos coletivos culturais junto a prefeitura para a criação da casa de cultura.

Foi em decorrência dessa interferência e também pela demora da prefeitura em tomar uma decisão sobre a criação e a gestão da casa de cultura tomada a decisão por parte dos coletivos de ocupar o casarão da Vila Guilherme, tendo esta ocorrido finalmente na noite do dia 25 de abril de 2014.

³ Trata-se de um grupo de produção cultural voltado especialmente para a manutenção e valorização da cultura popular do Estado de São Paulo surgido em 1973 em uma escola pública. Seu principal evento é o Revelando São Paulo, no qual é mostrada toda a variedade da cultura popular do Estado através da música, artesanato e culinárias tradicionais. Esse festival ocorria desde 1997 no parque da Água Branca, e a partir de 2010 passou a acontecer no parque do Trote na Vila Guilherme.

Entre os vários coletivos que participaram da ocupação temos: Amigos da Vila Maria; Centro Comunitário Nelson Mandela; CICAS – Grupo Social Reviver, e alguns grupos apoiadores, como os grupos O de Casa; CPT; Fórum Mudar SP, e Ateliê Oço.

Dentre os grupos, encontrava-se também o projeto MUC Sound do MUC (Movimento Urbano Cultural) que foi responsável por levar um projeto de skate e de produção musical de hip-hop para a ocupação. Este foi um dos primeiros projetos, e ainda hoje é realizado na Casa de Cultura e ocupa boa parte da área externa do edifício do antigo grupo escolar.

Atividades bastante diversas foram realizadas durante a ocupação. Segundo dados fornecidos por Brandão, ocorreram no Casarão durante a ocupação cerca de 32 oficinas gratuitas e abertas para o público com a participação de mais de 200 alunos⁴.

Foram realizados diversos tipos de oficinas e atividades dentro do espaço da ocupação. Elas ocorriam aos fins de semana e eventualmente durante a semana. Havia circo, teatro, dança e shows musicais, aulas de capoeira, aulas de karatê, oficina de serigrafia, entre outros. Outra atividade importante realizada durante a ocupação foi a montagem de uma biblioteca comunitária formada por livros doados.

Também havia uma oficina de grafite na ocupação. Nesse caso houve a preocupação com a manutenção das características históricas do edifício e com a preservação do patrimônio, já que nessa época o edifício estava oficialmente tombado pelo CONPRESP.

Havia também toda a área do pátio externo dedicada ao skate. Foram construídos ali mesmo pelos próprios instrutores e seus alunos vários obstáculos usados para a prática, os jovens e adolescentes que se utilizavam da Praça Oscar da Silva para a prática do skate possuíam uma longa relação com o espaço da praça, graças a isso, a área externa da ocupação se tornou uma espécie de continuidade da praça pública.

Havia alguns grupos de teatro que realizavam oficinas e espetáculos dentro da ocupação, alguns destes grupos também usavam o espaço como lugar para seus ensaios em geral devido à ausência de espaços próprios para esses grupos. Havia

⁴ Este TCC da área de arquitetura foi concluído em 2016, sendo uma importante referência para nosso trabalho, já que a pesquisa ocorreu durante o processo de ocupação e a autora pôde conhecer pessoalmente o local e entrevistar alguns membros da ocupação. Os números citados foram possivelmente obtidos por meio de um caderno que havia no começo da ocupação para registrar a frequência das pessoas no espaço. Infelizmente este caderno se encontra desaparecido.

também alguns grupos que realizavam atividades diversas dentro da ocupação para a comunidade e que também se utilizavam das salas do edifício ocupando um espaço próprio dentro do Casarão.

Entre esses grupos temos a escola de samba Acadêmicos de São Jorge, criada em 2005 na Vila Sabrina, onde fica a sua sede oficial e que durante a época da ocupação desfilava no grupo 3 do carnaval paulista. Durante a ocupação da escola, o espaço do Casarão serviu como barracão para preparar seus desfiles de carnaval.

Outro grupo que aparece nesse contexto na ocupação é o INDEAFRO (Instituto Nacional de Tradições Afrodescendentes no Brasil), cuja sede fica no Jardim Brasil, e também utilizaram o Casarão como sede durante a ocupação. Tinham inclusive a intenção de criar um museu da cultura negra dentro da ocupação.

A partir da diversidade de práticas culturais realizadas durante a ocupação podemos entender a patrimonialização do Casarão para além da lógica material e mais para as práticas culturais ligadas a ela. Em seu livro *A Invenção do Cotidiano*, Certeau considera a importância de valorizar a cultura popular como parte do patrimônio cultural da cidade, mas não apenas a cultura produzida em tempos passados, mas também aquela produzida hoje de modo a não se tornar o patrimônio algo museificado e estático no tempo, nem algo restrito aos especialistas e expertos. Como ele argumenta.

Mas isso é desperdiçar o verdadeiro capital de uma nação ou de uma cidade. Pois seu patrimônio não é feito dos objetos que ela criou, mas das capacidades criadoras e do estilo inventivo que articula, a maneira de uma língua falada, a prática sutil e múltipla de um vasto conjunto de coisas manipuladas e personalizadas, reempregadas e poetizadas. Finalmente o patrimônio são todas essas “artes de fazer” (p.199).

Entre as atividades consideradas mais relevantes para os organizadores da ocupação eram aquelas ligadas a atuação junto às crianças e jovens em situação mais vulnerável. Importante ressaltar a preocupação em buscar jovens da região para participarem das atividades ocorridas no Casarão vindos de diversas comunidades na região da Vila Guilherme, e até mais além, aonde alguns membros da ocupação iam a fim de atrair crianças e jovens e criando atividades voltadas para elas. Havia a preocupação não apenas com o caráter artístico da ocupação mas com o caráter social através do qual se poderia atuar.

Entre as comunidades estavam a da Coruja, Sallus e Amadeu, que estão situadas no próprio bairro da Vila Guilherme. Além dessas, as ações chegavam por exemplo à comunidade do Violão, situada no Jardim Brasil, e à comunidade da Zachi Narchi, situada no bairro do Carandiru.

Também havia um trabalho com crianças vindas de abrigos da Vila Medeiros e do Jardim Brasil. Para esse trabalho havia a cooperação de agentes públicos como do Conselho Tutelar e do setor responsável por cuidar de crianças e adolescentes da própria subprefeitura. Havia também um trabalho realizado com crianças vindas do Parque Novo Mundo, sendo este feito com o Movimento de Moradia da Vila Maria e com a Ocupação Douglas Rodrigues.

Outro aspecto que chama a atenção diz respeito ao que Harvey denomina de criação de novos espaços comuns, ou a política do comum. Sendo o comum a apropriação de lugares muitas vezes públicos, mas não disponíveis para todos, espaços e bens públicos não são necessariamente comuns, pois embora eles contribuam intensamente para as qualidades dos comuns. É preciso uma ação política por parte dos cidadãos para se apropriarem verdadeiramente destes bens, já que para o autor sempre houve uma disputa sobre quem deve cuidar e sobre quem deve regular a produção e o acesso aos bens públicos.

O comum também se institui com uma forma de organização e do governo da produção coletiva dos seus diversos sujeitos constituintes garantindo uma atuação de forma horizontal e democrática do processo social.

A organização dos diversos movimentos durante a ocupação sob este princípio foi outro aspecto bastante importante. Havia certa autonomia na utilização dos espaços dentro da ocupação pelos grupos. Havia uma reunião geral dos grupos do Casarão para decidirem os rumos da ocupação e tratar de questões práticas do dia a dia. Para essas reuniões costumavam ser convidados moradores da região, pessoas ligadas à subprefeitura da Vila Maria /Vila Guilherme, professores e pessoas ligadas à Biblioteca Pública Municipal da Vila Maria.

Também eram convidados artistas e militantes sociais e culturais de outras regiões. Com isso se buscava um maior fortalecimento da ocupação através da criação e ampliação de uma rede com pessoas e grupos atuantes em outras áreas e lugares que poderiam colaborar de diversas maneiras no processo.

Para a coordenação de estas atividades e para garantir o funcionamento cotidiano do espaço, foi criado uma espécie de conselho gestor interno da

ocupação, que era organizado via comissões. Estas se dividiam conforme as necessidades da ocupação como limpeza, cozinha e a organização das oficinas. Do ponto de vista financeiro, dependiam de doações de produtos de limpeza e de alimentos.

A relação dos coletivos com a comunidade do entorno era uma questão importante para garantir a manutenção da ocupação como projeto de cultura que alcançasse a comunidade local de maneira efetiva.

Essa relação, no entanto, foi sensível e complexa, ativistas da ocupação relataram certa resistência nos moradores das proximidades do Casarão por causa da presença de jovens, negros e de artistas ligados ao RAP e ao Reggae, considerados gêneros marginalizados pela sociedade, além da presença constante de crianças e adolescentes vindas das comunidades carentes, fruto do trabalho social realizado na ocupação. Os coletivos que ocuparam o casarão são vistos por alguns moradores como invasores e pessoas estranhas à comunidade.

Por fim devem-se compreender as relações complexas e dinâmicas estabelecidas entre as duas formas da atuação política realizada durante todo o processo, nas quais os grupos da ocupação exercem pressão ao mesmo tempo, em que dialogam com a administração municipal, buscando resolução para as demandas locais numa perspectiva mais autônoma.

A relação dos coletivos ocupantes com administração pública ao longo do processo de ocupação foi relativamente boa. Havia um melhor diálogo com a Secretaria de Cultura devido ao interesse desta no desenvolvimento das Casas de Cultura na totalidade. Já a relação com a subprefeitura era mais complexa, pois havia pessoas que facilitavam e outras que dificultavam o diálogo, pois não estavam conectadas com a comunidade e eram mais ligadas à burocracia administrativa.

Portanto, havia duas frentes de diálogo travados com os ocupantes do Casarão, a Secretaria Municipal de Cultura para negociar a criação da Casa de Cultura e a subprefeitura, que era a proprietária do imóvel. Este último diálogo aconteceu principalmente através do conselho do qual participava o Subprefeito Gilberto Rossi.

Alguns membros do Conselho Participativo da Subprefeitura apoiavam o movimento e foram importantes para garantir junto à prefeitura a manutenção do modelo participativo na futura Casa de Cultura. O Conselho Participativo da Subprefeitura era formado por pessoas atuantes na comunidade e foi muito

importante como forma de intermediar o diálogo entre a prefeitura e os coletivos que ocupavam o Casarão, levando as demandas destes grupos até a Administração Municipal.

Finalmente a inauguração da Casa de Cultura ocorreu em 11 de junho de 2016 e contou com a presença do Prefeito Fernando Haddad, além das autoridades ligadas à subprefeitura. Ela passou a ser administrada provisoriamente pelo gestor do Centro Cultural da Juventude localizado no bairro da Cachoeirinha na Zona Norte de São Paulo e que foi cedido para a Casa de Cultura até 16 de janeiro de 2017 quando, a partir de então, foi eleito um conselho gestor formado por pessoas da comunidade e um coordenador foi eleito por esse conselho.⁵

Conclusão:

A partir das ideias de Certeau podemos entender como a intervenção dos coletivos exercida sobre o casarão contribuiu para evitar que o edifício se transformasse no que esse autor chama de um fantasma da cidade, ou numa ilha isolada dentro do espaço urbano, enquanto não se relaciona com a cidade viva em torno dela. O processo de patrimonialidade que acabou ocorrendo no Casarão da Vila Guilherme, de certa, forma serve como uma resposta frente a essa contradição estabelecida por Certeau, pois o edifício enquanto patrimônio foi também restituído ao cotidiano do bairro, voltou a se tornar ativo e vivo para a comunidade local.

Nesse sentido Certeau também trabalha com a ideia da importância das práticas cotidianas na construção de uma cidade mais humana e habitável, pois quando trata das relações dos habitantes com o patrimônio histórico e cultural ele revela as inquietações sobre a questão do restauro de edifícios que provoca a retirada do bem restaurado do mundo dos vivos através de sua museificação na qual se “subtrai a usuários o que apresenta a observadores.

Enfim, deve-se pensar no processo de ocupação e construção da casa de cultura também como um instrumento de socialização e ampliação da ideia de patrimônio como algo público que deve ser desfrutado pelo conjunto da população. Nesse contexto, o conceito de patrimônio deve ser entendido de maneira mais

⁵ Conforme a portaria nº 069 de 2016, a administração das Casas de Cultura fica sob a responsabilidade de um conselho gestor formado por 11 membros, sendo 1 funcionário da Secretaria Municipal de Cultura, 7 produtores culturais da região que atuam na Casa de Cultura e 3 membros da sociedade civil que morem no distrito da Casa de Cultura, com mandato de 2 anos e com a possibilidade de uma única reeleição

ampla e inclusiva, em que a ideia de bem cultural que deve ser conservado para a memória coletiva se mostre inseparável da ideia de patrimônio público onde a população participe do processo decisório tanto na definição quanto na utilização e fruição do bem público e cultural, ou seja, o processo de patrimonialização do imóvel como parte integrante de um processo mais amplo de apropriação pela comunidade do espaço público.

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, Marina Chagas. **Ocupar o patrimônio**: reflexões sobre estudos de caso. Trabalho Final de Graduação. FAU-USP, São Paulo, 2016
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2006.
- FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.